

BASTIDORES DA FÉ: A FESTA DO GLORIOSO SANTO ANTÔNIO DO CARMO EM SÃO CRISTÓVÃO NO SÉCULO XIX

BACKSTAGE OF FAITH: THE FEAST OF THE GLORIOUS SAINT ANTHONY OF CARMO IN SAINT KITTS IN THE NINETEENTH CENTURY

Magno Francisco de Jesus Santos¹

Ane Luíse Silva Mecenias Santos²

Resumo:

Festejar o orago era uma das principais atribuições das irmandades do século XIX. Nesse período, a cidade de São Cristóvão na província de Sergipe possuía um calendário religioso intenso, com inúmeras celebrações que ocorriam em praticamente todos os meses do ano. Uma das mais animadas era a festa do Glorioso Santo Antônio do Carmo, realizada no dia 13 de junho e que mobilizava importantes setores da população nos preparativos. Este artigo propõe discutir os bastidores da referida festa entre os anos de 1867 e 1884.

Palavras-chave: festa, irmandade, Santo Antônio.

Abstract:

Celebrate the patron was one of the main tasks of the brotherhoods of the nineteenth century. During this period, the city of St. Kitts in the province of Sergipe had an intense religious calendar, with numerous celebrations occurring in almost all months of the year. One of the most exciting was the glorious feast of Saint Antony of Carmo, held on June 13 and mobilized important sectors of the population in the preparations. This article discusses the background of that party between the years 1867 and 1884.

Keywords: celebration, fellowship, St. Anthony.

¹ Mestre em Educação, especialista em Ciências da Religião e graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe. Professor da Faculdade José Augusto Vieira. E-mail: magnohistoria@gmail.com

² Mestranda em História pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Ciências da Religião e graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: anemecenas@yahoo.com.br

ESPERANDO A FESTA

Irmãos mobilizados. Ao se aproximar o mês de junho os membros da irmandade do Glorioso Santo Antônio do Carmo de São Cristóvão vivenciavam uma agitação diferenciada, pois estavam imbuídos dos preparativos de sua festa maior. Era o momento de angariar fundos, congregar irmãos, buscar de todas as formas organizar uma celebração grandiosa, pois estava em jogo a credibilidade. A festa do orago era um momento único no calendário festivo da irmandade, pois constituía na ocasião em que os irmãos se exibiam para o grande público, demonstrando o seu prestígio. As irmandades foram, “pelo menos até o Brasil-Império, os principais veículos do catolicismo popular” (REIS, 2009, p. 59).

A festa era um momento de congregação e deveria ser realizada com a maior pompa possível. Era mais uma faceta do catolicismo barroco, “com manifestações externas de fé” (REIS, 2009, p. 49), “um barroco de rua” (VERGER, 1984, p. 1). Por esse motivo os preparativos tinham início com meses de antecedência. Era preciso encomendar aos moradores da cidade os utensílios necessários ao cumprimento do evento religioso. Todos os atos e compras eram rigo-

rosamente anotados no livro de registros da irmandade, pois no decorrer do período monárquico vigorou o Padroado Régio, que manteve a igreja católica sob a tutela da Coroa brasileira. Foi o afincamento no cuidado dos bens da irmandade do Glorioso Santo Antônio do Carmo da cidade de São Cristóvão que permitiu a salvaguarda de fontes valiosas para a compreensão do universo preparativo da festa do santo protetor.

A exigência da prestação de contas das irmandades para o Estado originou um leque documental de valor inestimável para os historiadores das religiosidades. Diferentes aspectos do universo religioso podem ser contemplados a partir da análise dos documentos sobre os bens religiosos, no Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe. As mais valiosas facetas da religiosidade dos séculos XVIII e XIX estão ocultadas nas páginas amareladas do importante acervo sergipano, a espera que algum historiador vislumbre as nuances de sua complexa realidade. Descortinar o silêncio que encobre os bastidores desse universo repleto de festividades e devoção é a tarefa dos pesquisadores, lançando novos olhares sobre uma documentação digna de múltiplas leituras.

Este artigo tem como foco de análise a festa do Glorioso Santo Antônio, organizada pela irmandade da

mesma denominação que possuía seu nicho na igreja do Convento do Carmo, em São Cristóvão. A proposta é discutir os bastidores da preparação da referida festa entre os anos de 1867 e 1884. O marco temporal respeita os limites da principal fonte usada para esse estudo, a Prestação de Contas referente à irmandade Santo Antônio do Carmo. Trata-se, portanto, de uma tentativa de adentrar nas práticas que envolviam os preparativos de uma festa solene, como o orago de um dos santos mais populares no mundo luso-brasileiro. Perscrutar os bastidores incumbe observar os detalhes, o planejamento, as idéias concretizadas e frustradas. Nesse caso, pode-se dizer que discutir um mundo não-revelado como o dos preparativos de uma celebração religiosa leva o pesquisador a buscar indícios de uma possível organização, fragmentos de uma memória nem sempre preservada adequadamente.

No decorrer do século XIX o calendário festivo católico de São Cristóvão era concorridíssimo. De janeiro a dezembro haviam celebrações religiosas, fosse do calendário litúrgico, fosse do santo protetor da irmandade. Todo esse calendário não era constituído aleatoriamente, pois estava estritamente condensado nas atribuições das inúmeras irmandades da cidade.

Assim, podiam ser identificados grupos como as ordens terceiras do Carmo e de São Francisco, as irmandades do Santíssimo Sacramento, Glorioso Santo Antônio do Carmo, Santa Casa de Misericórdia, Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e possivelmente, de Nossa Senhora da Boa Morte. Além disso, existiam as confrarias de Nossa Senhora da Vitória e de São Benedito. Por meio dessas irmandades criava-se então uma base de solidariedade e sociabilidade, “formando uma matriz de auto-ajuda e assistência, que se desdobrariam, assumindo características próprias segundo cada contexto histórico” (BORGES, 2005, p. 43).

São Cristóvão era, nesta perspectiva, um verdadeiro mosaico, constituído de um leque devocional multifacetado. As variadas devoções intrínsecas à sociedade revelam os diferentes segmentos sociais, ou seja, seria o reflexo de uma sociedade fragmentada, formada por grupos antagônicos e caracterizada pela exclusão. Em meio a esse turbilhão de irmandades, as festividades de santos protetores se tornavam momentos propícios para a exibição do poder e prestígio. Cada irmandade buscava exibir a sua credibilidade por meio da participação popular, da ornamentação do orago, charola e igreja;

como também com incremento de elementos simbólicos. Era a estética barroca adentrando nos festejos religiosos da Velha Capital sergipana.

As festas religiosas das irmandades eram realizadas envolvendo a participação de suas congêneres. Com isso, em São Cristóvão, os compromissos das confrarias geralmente definiam as irmandades que deveriam transportar as charolas nos cortejos, incluindo o posicionamento no préstito. Essa norma não era exclusividade de Sergipe. Na capital baiana ocorria algo semelhante, pois como destaca Kátia Mattoso em seu célebre estudo sobre a sociedade baiana oitocentista:

congregando grupos sociais muito diferentes, ordens terceiras e irmandades mantinham contatos frequentes entre si, durante as celebrações públicas e as festas religiosas que marcavam o ano cível e litúrgico dos baianos (MATTOSO, 1992, p. 402).

No universo impregnado pela mentalidade barroca, as procissões se tornavam um teatro a céu aberto. Diversos elementos eram usados com a finalidade de elaborar cenários e aumentar o impacto sobre os fiéis, que assumiam o papel de platéia. A procissão assumia nesta ótica um cunho de encenação dramática, na qual

santos desfilavam em andores ornamentados, reduzindo o distanciamento entre o vivido e o fictício. Na trama barroca o céu era reconstituído na terra, mesclando homens e santos, o profano e o sagrado, o concreto e o abstrato. O catolicismo brasileiro do século XIX se caracterizava pelas manifestações externas de fé, que segundo João José Reis, se caracterizavam pelas “missas celebradas por dezenas de padres, acompanhadas por corais e orquestras, em templos cuja abundante decoração era uma festa para os olhos, e, sobretudo, funerais grandiosos e procissões cheias de alegorias, de que participavam centenas de pessoas” (REIS, 2009, p. 49). Tratava-se, portanto, de uma estética barroca que visava encantar pelos sentidos.

Todavia, para elaborar cenários e enredos complexos como os das procissões, exigia-se um considerável esforço dos organizadores. Párocos, membros das irmandades, mordomos e devotos se mobilizavam na organização dos grandiosos festejos. Para ressaltar esse universo preparativo, devemos adentrar nos bastidores de uma importante irmandade sancristovense: a do Glorioso Santo Antônio do Carmo.

PREPARANDO A FESTA

Encomendas por toda a cidade. Nos meses anteriores a junho, os membros da irmandade de Santo Antônio se mobilizavam para organizar a festa do patrono. Chegara a hora de encarnar a imagem do santo, contratar padres, sacristão e música, encomendar fogos, toalhas, cera e armação. Todo esse aparato demonstra que a festa de Santo Antônio era uma das solenidades mais importantes do variado leque festivo da localidade. A pompa era um elemento imprescindível na festa do Glorioso. A busca por tais elementos pode ser evidenciada por meio de uma considerável documentação produzida pela diretoria da irmandade. São pequenos sinais que propiciam a inteligibilidade do cotidiano de uma irmandade.

Uma das primeiras encomendas era a das toalhas. Em diferentes anos a costureira sancristovense Maria Rosa de Oliveira foi imbuída de preparar as toalhas para serem usadas nas celebrações. Isso demonstra que o aparato com os festejos do orago era renovado a cada ano. Para engrandecer o evento e conseqüentemente, propiciar uma festa com pompa superior a dos anos anteriores, os membros da irmandade buscavam angariar fundos para renovar o já variado estoque de

ornamentação e alfaias do grupo. Assim, em meio a tantas celebrações religiosas na cidade de São Cristóvão e tendo em vista a concorrência entre os distintos grupos de leigos, dar-se a entender que diferentes segmentos sociais da cidade viam tais festejos como um valioso instrumento para aumentar a renda familiar.

Esse é o caso de Maria Rosa de Oliveira, que em diferentes anos foi solicitada para prestar seus serviços na confecção de toalhas para o altar de Santo Antônio. Parte do valor exigido para tal serviço a costureira recebia antes mesmo da entrega, como fica evidenciado na prestação de contas da irmandade no ano de 1869, em que a mesma declara que “recebi do mesmo thezoureiro a quantia de 14 mil reis por conta da tualha que estou fazendo da mesma confraria” (AGJSE, Bens Religiosos, Cx. 127, doc. 14). Todavia o detalhamento da documentação da referida irmandade pode ser usado como um importante elemento na reconstituição dos cenários. São indícios do zelo e preocupação com a magnitude e luxo dos irmãos com seu patrono. Todo esforço era devotado à ornamentação do nicho pertencente a irmandade.

A ornamentação dos altares era um costume comum no universo religioso do século XIX. João José

Reis, ao analisar os rituais fúnebres dos oitocentos, demonstra que uma das primeiras preocupações dos familiares do morto era “contratar o armador para armar a casa” (REIS, 2009, p. 128). Os funerais eram uma das principais ações das irmandades religiosas e segundo o mesmo autor possuíam características festivas.

As encenações de episódios bíblicos eram uma necessidade, diante da busca de atrair a participação popular. No Brasil colonial e imperial, as festas religiosas se tornaram um recurso evangelizador, um teatro que ganhava as ruas das cidades e vilas. Segundo José Ramos Tinhorão “no Brasil esse deslocamento da teatralização ritual dos episódios da história sagrada, das igrejas para as ruas, podia ser comprovado já no primeiro século de colonização” (TINHORÃO, 2000, p.68). Não é difícil imaginar a repercussão que procissões desse porte na cidade de São Cristóvão nos fins do século XIX. Procissões fantásticas, com número expressivo de devotos desfilavam pelas ruas centenárias da velha capital, com espetáculos teatrais, pompa e estrondo dos fogos.

A festa deveria ser grandiosa. Para tanto as incumbências eram compartilhadas. Mesmo havendo certa centralização em torno do tesoureiro, respon-

sável pela arrecadação, pagamentos e prestação de contas da irmandade, é perceptível que na ocasião de se organizar os festejos de Santo Antônio todos os membros da irmandade eram convocados para exercer alguma função. Afinal eram muitas as encomendas a serem solicitadas e os aparatos que previamente deveriam ser conduzidos. As encomendas geralmente eram estabelecidas em nome do santo e em alguns casos, o declarante descrevia detalhadamente o seu objeto solicitado para confecção.

Foi isso que ocorreu com Maria Rosa de Oliveira, que no dia sete de abril de 1870 declarou: “Recebi do mesmo senhor acima (tesoureiro) a quantia de quinze mil reis provenientes do restante do feito da toalha de labirinto feita para o mesmo Sancto e de cinco varões de renda larga a mil e quinhentos a vara para a mesma toalha” (AGJSE, Bens Religiosos, Cx. 127, doc. 14). A costureira foi detalhista ao descrever seu produto confeccionado para a irmandade do Glorioso. Percebe-se que o luxo é uma das exigências a serem cumpridas. Diferentes tecidos e técnicas eram usadas com o propósito de montar um cenário próximo do idealizado. Era a estética barroca que estava em vigor e criava a necessidade de constituir festas com cená-

rios e enredos grandiosos, permitindo a elaboração de um ritual encenado. Festejar era, nesse sentido, sinônimo de interpretar, ou representar. As ruas e igrejas da velha capital sergipana eram transformadas em um grande teatro. O púlpito se metamorfoseava em palco e os fiéis em espectadores, no grande drama da religião do calvário.

É evidente que a cenografia desses festejos possuía suas limitações. Sergipe era uma província periférica, com pouca relevância econômica no Império e, desse modo, os investimentos para as celebrações religiosas tinham suas devidas limitações. O que pretendemos evidenciar neste estudo é a existência da preocupação em teatralizar o ritual, a presença de elementos da cosmovisão barroca predominante na época referida. Certamente torna-se difícil comparar o luxo e pompa das celebrações religiosas de Sergipe com as festividades existentes nas principais províncias do país, como a corte, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. De igual modo, não podemos negar a existência de tais celebrações em terras de Sergipe, como também a busca por uma estética exacerbada, maculada pelo exagero e teatralização. O mosaico católico também estava presente em Sergipe. Neste caso, a rivalidade

entre as inúmeras irmandades, reflexo direto dos diferentes segmentos que compunham a sociedade brasileira, foi o alimento para o engrandecimento visual das festividades.

Na elaboração de cenários para a festa de Santo Antônio um ponto central das atenções era o nicho no qual estava a referida imagem, na igreja do Carmo. A casa do santo deveria receber uma atenção especial, pois era o ponto de exibição permanente da irmandade. Com isso, ao se aproximar o dia treze de junho, os irmãos buscavam ornamentar ainda mais o referido nicho. Assim, Certeira alega ter recebido do tesoureiro da irmandade Santo Antônio do Carmo uma “quantia proveniente da chita que comprou para o nicho de Sancto Antonio do Carmo”, no ano de 1870. Desta afirmativa se pode realizar algumas ponderações. Qual seria a finalidade da chita para o nicho do referido santo? Sabendo que no mesmo ano a costureira Maria Rosa de Oliveira entregou uma toalha de labirinto e renda, em que a chita seria usada? São questões para as quais só podem ser elaboradas conjecturas.

É provável que a chita tenha sido comprada para a ornamentação do nicho de Santo Antônio. Na mentalidade barroca a criação de cenários constitui um as-

pecto de grande relevância. Por esse motivo os mais variados objetos eram utilizados na elaboração de cenários. Com isso, os donos do poder, membros das irmandades, representavam seu teatro de majestade, superstição, poder, riqueza e justiça sublime. Os pobres encenavam “seu contrateatro, ocupando o cenário das ruas” (THOMPSON, 2007, p. 239). Na ocasião da festa de Santo Antônio, ocorria uma nova efervescência, a igreja do Carmo já não era mais a mesma, devido a agitação dos fiéis em torno do santo.

Existe uma inquietude referente ao nicho antonino na igreja do Carmo. Atualmente, não existe nenhum nicho dedicado ao referido santo, demonstrando a flexibilidade do campo religioso sancristovense. Sabendo das constantes reformas que o templo católico passou, torna-se difícil saber onde se localizava o nicho de devoção a Santo Antônio. O espaço religioso é produzido e reproduzido em processo contínuo, refletindo as mudanças tanto do campo dogmático, como do devocional. Isso explica em parte o surgimento e desaparecimento de irmandades e a conseqüente exclusão de santos do panteão devocional de uma localidade. Neste sentido, a devoção também pode ser interpretada como resultante das transformações ocorridas no âmbito social.

Partindo deste pressuposto, emergem algumas lacunas difíceis de serem compreendidas, momentaneamente, em decorrência da indisponibilidade de algumas fontes. Uma dessas questões é atinente ao desaparecimento da irmandade de Santo Antônio do Carmo. O que teria levado ao fim? Que destino teve o patrimônio da mesma? Essas são indagações que não serão respondidas temporariamente, tendo em vista que o cerne central está pautado nos bastidores da festa de Santo Antônio.

Portanto, torna-se difícil estabelecer qual seria o nicho destinado a irmandade em questão. Dos existentes atualmente, um é pertencente a imagem patrona da igreja, Nossa Senhora do Carmo. O outro, bem mais modesto e degradado, provavelmente pertenceu a irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, que ao longo do século XIX teria funcionado na igreja do Carmo. A atribuição do referido nicho às devotas negras da Boa Morte é reforçada pelo fato de haver no mesmo um orifício semelhante a um túmulo, com tamanho proporcional ao da imagem alvo do culto da irmandade. Além disso, a pintura do nicho é similar a da Virgem. Atualmente a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte, que se

encontrava no acervo do Museu de Arte Sacra de São Cristóvão retornou a seu nicho original. Além disso, existem outras evidências que apontam que o altar lateral era destinado a um culto mariano, pois a cavidade a qual se destinava a imagem é ornamentada com rosas, símbolos da Virgem Maria.

Com isso, pode-se dizer que o nicho de Santo Antônio pode ter duas interpretações: a primeira é que ele tenha sido destruído em alguma reforma posterior a destituição da irmandade. A segunda, é que a irmandade de Santo Antônio teria compartilhado o nicho com a possível irmandade da Boa Morte. A primeira hipótese é a mais plausível, tendo em vista que moradores mais antigos da localidade, como Maria Paiva Monteiro, alegam que na igreja do Carmo existiam seis nichos laterais e que o da irmandade era o segundo, que já foi demolido.

O certo é que, nas proximidades do mês de junho, o nicho se tornava o foco central da atenção dos devotos, recebendo nova ornamentação em louvor ao patrono. Era uma festa que não atraía romeiros, devotos de cidades e vilas vizinhas. A procissão do santo português parecia ser um atrativo local, um espetáculo dos olhares da própria cidade.

Nos bastidores da festa antonina parte considerável da arrecadação era destinada aos preparativos. A solenidade deveria ser anunciada solenemente, ser ouvida por todos. Era preciso evidenciar uma ruptura temporal, a entrada no tempo mítico festivo. Por essa perspectiva, a festa simbolizava a ritualização do mito, a rememoração da sacra trajetória do patrono. Um mecanismo de demonstrar essa ruptura temporal era o uso de fogos de artifício. O dia festivo deveria ser marcado pelo estrondo dos fogos, que por sua vez deveriam ser de qualidade atestada. Com esse pretexto, os membros da irmandade do Glorioso dedicavam uma parcela dos rendimentos do grupo para arcar com as encomendas dos fogos que animariam os festejos. Assim emergiam nos bastidores da irmandade personagens que dificilmente seriam conhecidos na trama dos “grandes nomes”. Os anônimos fogueteiros silenciados em seu trabalho rotineiro paradoxalmente eram os responsáveis pelo estrondo dos festejos. A demarcação do tempo sacralizado estava em parte, a cargo dos desconhecidos fogueteiros da Velha Capital.

Sob essa ótica, a documentação criada sob os auspícios da Irmandade do Glorioso, nos fornece os lastros necessários para o vislumbamento de uma ro-

tina ocultada, de um ângulo obscurecido pelas cortinas da História. É uma documentação que põe em cena personagens anônimos, sujeitos comuns da vivência cotidiana da cidade. Nesta perspectiva, humildes trabalhadores da urbe sancristovense do final do Império são trazidos a tona como protagonistas na execução do estrondo festivo. Mesmo não sendo vistos pelo grande público de devotos, os fogueteiros se faziam ouvir por todos com a queima de seus produtos, os fogos.

Desse modo, “a partir de baixo, pode-se desvendar outros aspectos, muito diferentes e mais calculados” (THOMPSON, 2007, p. 245). É preciso observar outros ângulos da sociedade brasileira, entender as complexas redes tecidas no seio de uma comunidade. Ler a sociedade por um ângulo diferenciado pode ser revelador, pois “a estrutura, em qualquer relação entre ricos e pobres, sempre corre de mão-dupla e essa mesma relação, quando girada e vista em perspectiva inversa, pode expor uma heurística alternativa” (THOMPSON, 2007, p. 246). É a história vista de baixo.

Em 1869 o fogueteiro Manoel Silva de Jesus declarou o rendimento que recebeu pelos fogos que preparou para a festa antonina, informando que “recebi do Senhor José Pedro de Oliveira a quantia de oito

mil reis do fogo que fiz para a Festa de Santo Antonio do Carmo. Sergipe, 15 de junho de 1869. Manoel Silva de Jesus” (AGJSE, Bens Religiosos, Cx. 127, doc. 14). Em 1876, o fogueteiro Manoel José especificou a quantia de fogos que preparou para as solenidades religiosas do dia 13 de junho, alegando ter recebido do novo “thezoureiro de Santo Antonio do Carmo José Brito mil Lima, a quantia de 12 reis provenientes de 6 duzias de fogo para a festa do mesmo santo Antonio por assim ser verdade este lhe passei. São Christovão, 19 de junho de 1876. Manoel José” (AGJSE, Bens Religiosos, Cx. 127, doc. 14).

A sonoridade era um ingrediente indispensável nas procissões. Os ruídos também constituíam uma estratégia de angariar prestígio, de demarcar o espaço. Nos dias santos, irmãos e promesseiros soltavam foguetes de varas, provocando estrondos nos ares da velha cidade. As varas de fogos subiam aos céus. O dia santo explodia em alegria e devoção. A solenidade religiosa assumia contornos do povo. Nesse sentido, “a festa representa o sentido do povo, que interpreta sua realidade mediatizando os valores das imensas simbioses culturais impostas e adaptadas, aceitas e rejeitadas. Mas que traduzem, ao fim das contas, como é ser e crer

à brasileira” (MARTIN; FREIRE, 2006, p. 572).

Em fins do século imperial do Brasil, os custos com fogos na festividade pareciam estar em contenção. Isso pode ser um reflexo da crise que já assolava as inúmeras irmandades sergipanas. Um novo fogueteiro certificou o recebimento do valor com os fogos destinado ao primeiro grande festejo junino de São Cristóvão. “Recebi do mesmo acima [Ceciliano Vaneck] a quantia 6900 reis do fogo que fiz para a festa do Glorioso Santo Antonio do Carmo. Sam Christovam, 18 de junho de 1880. José Agostinho da Silva” (AGJSE, Bens Religiosos, Cx. 127, doc. 14).

Na estética barroca, a religiosidade sergipana do fim do Império passava a valorizar os aspectos dos sentidos, galgando novos contornos. Ver, ouvir e sentir estavam na pauta das celebrações, maculadas pela pompa. Havia a necessidade de se cumprir com as determinações postuladas pela Igreja e com as tradições dos festejos. Nesse sentido, elementos como as velas, chamadas na época de cera, desempenhavam uma importante preocupação. Todos os anos havia gastos consideráveis com a compra de cera para ser usada durante os dias de festa. Um aspecto importante desse artefato usado nas celebrações religiosas é que o vi-

gário da Freguesia Nossa Senhora das Vitórias, José Gonçalves Barroso foi o responsável por providenciar e vender a cera usada no nicho de Santo Antônio, recebendo “seis mil reis por três libras de cera em 1869” (AGJSE, Bens Religiosos, Cx. 127, doc. 14).

Já em 1877, foi a viúva Leopoldina Nunes Falcinesyo que testemunhou o recebimento que seu falecido marido realizara meses antes de sua morte. “Declaro de ter sciencia de ter meu finado marido Pedro Antônio Falcinesyo recebido do Thezoureiro da irmandade de Santo Antonio a quantia de 22 mil reis de cera que vendeo para duas festas do mesmo santo e 15 mil reis quanto armou as festas do ano de 1875 e 1876. Sam Christovam, 30 de janeiro de 1877” (AGJSE, Bens Religiosos, Cx. 127, doc. 14).

Como se pode perceber, os séquitos religiosos realizados ao longo do ano mobilizavam e tornavam dinâmica a ação de diferentes profissões na cidade do Paramopama. Muitos personagens que viviam de forma simples se sobressaíam nos bastidores de uma importante procissão. Dessa forma, fogueteiros, costureiras, armadores, coroinhas, músicos, carpinteiros e sineiros se tornavam sujeitos ativos na construção da dinâmica social da cidade. No silêncio do traba-

lho desses personagens emergiam as memórias subterrâneas (POLLAK, 1989, p. 4). Altercar sobre as memórias de tais personagens implica em buscar as “lembranças de umas e outras zonas de sombras, de silêncios, não-ditos” (POLLAK, 1989, p. 9).

As armações estavam presentes tanto nos altares das igrejas como também em altares improvisados, montados nas ruas da cidade por onde passariam os cortejos das procissões. Em dias de festa, os armadores tinham muitas tarefas a cumprir, entre as quais a de montar a charola com a imagem do patrono e a ornamentação. Os armadores eram os responsáveis pela criação dos cenários, promovendo encontros impossíveis no tempo da realidade do cotidiano. No contexto da festa “o céu encontra a terra; a ilusão a realidade; o religioso o profano; o proibido o permitido; o incluído o excluído” (MARTINS; FREIRE, 2006, p. 572).

É indelével a participação desses anônimos na festa do Glorioso. O santo casamenteiro, em seu séquito mobilizava a sociedade local e promovia o aumento da renda de várias famílias. Nesse momento não pretendemos aventar sobre a circulação de capital por conta das solenidades religiosas de São Cristóvão, por não se tratar de nosso enfoque. No entanto, não se

pode negar que os constantes saimentos de imagens dos oragos devem ter dinamizado a economia local familiar por todo o século XIX.

Também se deve ressaltar que esses gastos não constituíam uma prática exclusiva da irmandade de Santo Antônio do Carmo. Os gastos onerosos com as festas dos patronos eram recorrentes em quase todas as confrarias de Sergipe. Mesmo irmandades de negros, como a de Nossa Senhora do Rosário de São Cristóvão investiam consideravelmente nos festejos, pois como mostra o tesoureiro Luiz de França Marques em 1883 a irmandade gastou quase cinqüenta e dois mil reis com a festa da padroeira (AGJS, Bens Religiosos, Cx. 127).

Em meio a tantas encomendas, também existiam as que eram destinadas ao santo padroeiro do orago. A imagem que desfilaria pelas ruas não poderia sair com as marcas do tempo. No campo religioso da teatralidade, as obras de arte sagradas deveriam confundir-se com os humanos. Essa era uma justificativa para os procedimentos que em alguns anos eram tomados com a imagem de Santo Antônio. Tanto a imagem como a indumentária passavam por reparos. Assim, o frade Thomaz de Villa Nova Leal afirmou que “recebi do

mesmo senhor thezoureiro [José Brito Lima] a quantia de dez mil reis digo três mil reis de uma cruz que mandei fazer para a Imagem do mesmo Santo, e por estar pago posso este que minhas letras afirmam. Carmo, 17 de Maio de 1876” (AGJSE, Bens Religiosos, Cx. 127, doc. 14).

No ano seguinte, José Antônio dos Anjos declarou o pagamento por várias encomendas destinadas aos festejos, demonstrando que quanto mais versátil fosse o artesão, mais condições ele teria de ser estabelecido nos bastidores das grandes festas religiosas. Então ele declarou que:

Recebi do mesmo assima [senhor José Pedro de Oliveira] a quantia de onze mil e duzentos e oitenta reis, seis mil pela armação que fiz e cinco mil e duzentos e oitenta de 3 libras de cera que vendi para a banquetta de Nossa Senhora do Carmo tudo isto para a festa do Glorioso Santo Antonio do Convento da mesma Senhora (AGJSE, Bens Religiosos, Cx. 127, doc. 14).

Os maiores gastos, todavia, eram em decorrência da encarnação da imagem do santo. Em 1870, antes da grande festa foi contratado Torquato José Correia Lima para encarnar a imagem de Santo Antônio, que

possivelmente já apresentava sinais de desgaste. Era uma estratégia de dotá-la de traços naturais, mais próximos dos aspectos humanos. Com certeza essa era a encomenda que exigia mais recursos, mas por outro lado, não precisava ser utilizada com tanta frequência. Prova disso é que somente seis anos após a encarnação que foi realizado “um retoque na mesma imagem” por seis mil reis (AGJSE, Bens Religiosos, Cx. 127, doc. 14). Estava quase tudo pronto para o grande dia.

DUAS FACETAS DE UM SANTO: O AGIOTA E O CAPITÃO

O nicho da irmandade ficava na igreja do Carmo. Mesmo sendo pertencente a ordem dos Carmelitas, a igreja possuía um ponto específico destinado aos devotos leigos. Um ponto interessante é que geralmente a devoção a Santo Antônio estava atrelada aos franciscanos, mas em São Cristóvão a referida irmandade alojava-se nas dependências da igreja dos frades calçados, mesmo havendo na cidade o Convento, Igreja e Ordem Terceira de São Francisco. O que poderia explicar esse fato inusitado? É difícil estabelecer alguma conexão que justifique essa situação, embora haja questões do

âmbito da religiosidade local que possa encaminhar para a compreensão. Uma delas é o prestígio que os carmelitas detinham em Sergipe, constituindo uma das mais importantes e bem-sucedidas ordens religiosas da província. Esse status dos referidos religiosos e de sua ordem terceira foi percebido por investigadores da vida religiosa sergipana como Maria Thetis Nunes, que observou o inusitado episódio em que os franciscanos sentiram o prestígio carmelita, pois:

A Ordem Terceira do Carmo usufruiu de grande prestígio na sociedade sergipana, dela fazendo parte os nomes mais importantes. Testemunha a sua importância a informação dos franciscanos que, quando pretenderam interpor um recurso contra a posse dos carmelitas da igreja de Nossa Senhora de Comandaroba, a eles doada pelo coronel Felipe Pereira do Lago e sua mulher, não encontraram advogado para a questão, pois todas as pessoas consultadas alegavam pertencer a Ordem Terceira do Carmo (NUNES, 1996, p. 256).

O prestígio dos carmelitas na velha capital era incontestável. Grande parte da elite econômica, política e intelectual de Sergipe estava de alguma forma atrelada à Ordem Terceira do Carmo. Todavia, a exis-

tência de uma irmandade dedicada a Santo Antônio na igreja dos terceiros carmelitas não significa a exclusão da existência de uma congênera na igreja dos franciscanos. A coexistência de irmandades com a mesma denominação em igrejas diferentes na mesma cidade não era fato inusitado no período imperial brasileiro. João José Reis (2009, p. 54), ao analisar os rituais de morte na Bahia oitocentista evidencia a existência de muitas irmandades com a mesma nomenclatura em diferentes igrejas. Devoções como Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio se faziam presentes em muitos templos católicos de Salvador.

Em São Cristóvão poderia ter ocorrido algo semelhante. Carmelitas e franciscanos poderiam dividir as atenções relativas à devoção ao popular santo português que fez fama na Itália. Mesmo não localizando o compromisso, nem mesmo o livro de contas, pode-se deduzir a possibilidade de haver uma irmandade na igreja da Ordem Terceira de São Francisco. A resposta mais plausível para essa hipótese foi encontrada na obra do principal memorialista da cidade, que no princípio do século XX narrou as tradições católicas de sua terra natal. Trata-se de Serafim Santiago.

O católico memorialista afirma que em São Cristóvão, na segunda metade do século XIX existiam duas irmandades dedicadas a Santo Antônio. Fato raríssimo em Sergipe oitocentista, pelo que os estudos acerca das irmandades revelaram até então³. Na velha capital o santo lusitano era cultuado em duas igrejas, com festas, procissões e trezenas. Não só isso. Eles eram designados de modo diferenciados. Um era detentor de patente e o outro latifundiário, como considerava Serafim Santiago.

Era muitíssimo festejado Santo Antonio pelo povo christovense. Havia grande festa na Igreja do Carmo, cujo Santo, ali morador, era rico; possuía muitas propriedades na Velha Cidade e muito dinheiro girava no ágio. Santo Antonio morador na Ordem Terceira de São Francisco, recebia soldo de capitão (SANTIA-GO, 2009, p. 241).

Como se pode perceber, a rivalidade entre franciscanos e carmelitas dividia a elite local. Duas irman-

³Recentemente foram realizados inúmeros trabalhos acerca das irmandades em Sergipe. Destacam-se as monografias sobre as irmandades de Nossa Senhora do Rosário de Neópolis, Lagarto e São Cristóvão, Nossa Senhora d'Ajuda, Santas Almas de Itabaiana, Santíssimo Sacramento, Santa Casa de Misericórdia e Ordem Terceira de São Francisco de São Cristóvão.

dades sob a proteção do mesmo santo em uma cidade de pequeno porte como São Cristóvão do século XIX reflete alteração que extrapola o campo devocional. Ao sair pelas ruas da cidade com suas procissões, os membros das irmandades abrigadas nas igrejas do Carmo e de São Francisco transportavam mais do que suas charolas e estandartes. Carregavam consigo o anseio de se legitimar, de constituir um campo de relevância na sociedade sergipana. Senhores de engenho e comerciantes se dividiam nas irmandades e disputavam o seu prestígio na organização de faustas solenidades.

Além disso, o depoimento do memorialista revela o aspecto da religiosidade colonial que permanecia no Império. Santo Antônio da ordem Terceira de São Francisco na cidade de São Cristóvão era detentor de patente. Assim como ocorria nas províncias de Pernambuco e Rio de Janeiro, o santo tinha o direito de receber o seu soldo. Observe o ritual descrito por Serafim Santiago.

No fim de cada trimestre ou semestre, os Irmãos terceiros de São Francisco, reunidos na sacristia daquela Igreja, tomavam seus hábitos e cordão, alçavam a Cruz e tomavam aos ombros a charola com o Santo

Capitão e dirigiam-se em procissão, até a porta do Palácio da Presidência, onde imediatamente chegava o Senhor Excelentíssimo Presidente da Província e collocava na mencionada charola, aos pés do Santo, um envelope contendo o soldo vencido até aquella data. Voltava da mesma forma a procissão para a mesma Ordem terceira, onde, em acto continuo, reunia-se a mesa administrativa, afim de ser entregue a importância ao Thezoureiro, e este recolher logo em cofre (SANTIAGO, 2009, p. 241).

A devoção caminhava por caminhos simbólicos. Transitar pelas ruas da cidade com a charola em procissão com o intuito de receber o soldo era uma estratégia não somente de acumular capital para os terceiros de São Francisco, mas acima de tudo, uma forma de fortalecer a imagem do santo prestigiado, um capitão.

SAINDO DOS BASTIDORES

Chegara finalmente o dia da procissão. Logo cedo a cera era acesa para as celebrações. Iniciava-se a missa cantada, com o sacristão, coral e padres. No fim da tarde, o sino do Carmo grande dobrava. A charola era cercada de devotos. As flores encantavam os mo-

radores que cercavam o santo e o nicho ornamentado. Em meio ao público estavam alguns dos trabalhadores que labutaram ao longo do ano, constituindo os cenários barrocos.

As portas da igreja do Carmo se abriam. As tochas eram erguidas e os sacristãos caminhavam em direção a rua. Seguia a cruz alçada. Seguia o padre contratado. Os fogos estrondavam na ladeira do Porto da Banca. Tinha terminado o sermão que falava das proezas do santo que tudo solucionava. Ouviam-se os aplausos. Deslocavam-se os irmãos de Santo Antônio do Carmo. Era o encerramento do silêncio dos bastidores. Finalmente, depois de tantos dias de preparação, o catolicismo barroco saíria às ruas da cidade de São Cristóvão. “A atitude barroca procura transformar em festa o mundo visível, isto é, coloca a atividade produtiva a serviço do divertimento” (PEREZ, 1994, p. 6). Os irmãos de Santo Antônio do Carmo desfilariam pela cidade, num processo de sociabilidades, prestígio e poder. A cidade se revestiria em festa. Os devotos presenciariam a resultante das reuniões dos bastidores da fé.

REFERÊNCIAS

BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Santa Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. 2 vs. São Paulo: Hucitec; EdUSP; Imprensa Oficial; FAPESP, 2001.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O Carnaval de Romans: da candelária à quarta-feira de cinzas – 1579-1580*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. “...E viva o pau!!!!... e viva Santo Antônio!!!” O sagrado e o profano na festa católica brasileira. In: DOURA-

DO, J. ; MELO, José Marques de (org.). *Folkcom*. Do ex-voto a indústria dos milagres: a comunicação dos pagadores de promessas. Teresina: Halley, 2006. p. 561-579.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia século XIX*. Uma província no Império. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. Devoção e diversão: a festa de Nossa Senhora do Rosário na Cidade de São Cristóvão-SE (1874-1928). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, IGHS, n. 37, p. 51-69, 2008.

PEREZ, Léa Freitas. Festa religiosa e barroquização do mundo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL- AS NOVAS RELIGIÕES: A EXPANSÃO INTERNACIONAL DOS MOVIMENTOS MÁGICOS E RELIGIOSOS. 1994, Recife. *Anais...* Recife, 1994, p. 1-11.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

REIS, João José. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Christovão*. São Cristóvão: EDUFS, 2009. [1920].

SILVA, Mônica Martins da. *A festa do Divino. Romanização, Patrimônio e tradição em Pirinópolis (1980-1988)*. Goiânia: 2001

TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil colonial*. São Paulo: Editora 34, 2000.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 2007. p. 227-268.

RUSSEL-WOOD. A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Artigo recebido em: 02/08/2010

Aprovado para publicação em: 16/09/2010